

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.029.311 - RJ
(2016/0322799-2)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
EMBARGANTE : DANIELLE ALVES DE SOUZA
ADVOGADOS : CARLOS ELIAS DOS SANTOS CURTY E OUTRO(S) -
RJ034958
DANIEL NEVES CURTY - RJ143392
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por DANIELLE ALVES DE SOUZA contra decisão de minha lavra, assim fundamentada (fls. 805/811):

*Trata-se agravo manejado por **Danielle Alves de Souza** contra decisão que não admitiu seu recurso especial, este interposto, com fundamento no art. 105, III, a, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.*

Para a perfeita compreensão da controvérsia, considero oportuno rememorar os principais acontecimentos processuais subjacentes ao presente recurso.

Pois bem, na origem, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro ajuizou ação civil pública por ato de improbidade administrativa em face da ora agravante, sob a alegação de que a ré, contratada para o cargo de "agente de disciplina" da Secretaria de Estado da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro, foi remunerada sem, jamais, exercer de fato as atribuições do cargo. Em suma, de acordo com a exordial, "a Ré não trabalhou efetivamente para o Estado do Rio de Janeiro, falsificou folhas de ponto do DEGASE para fazer crer que laborava na Instituição e ainda recebeu salário pago com dinheiro público durante este tempo" (fl. 6).

Em primeiro grau de jurisdição, a pretensão autoral foi julgada parcialmente procedente e, em consequência, a ré, ora agravante, foi condenada pela prática de ato de improbidade administrativa, nos seguintes termos (trechos da sentença de fls. 459/468):

[...]

Na sequência, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro negou provimento à apelação interposta pela ré, mediante acórdão assim ementado (fl. 539):

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ADMINISTRATIVO E
CONSTITUCIONAL. IMPROBIDADE
ADMINISTRATIVA. FUNCIONÁRIA**

*'FANTASMA'. RESTITUIÇÃO AO ERÁRIO.
IMPRESCRITIBILIDADE. SENTENÇA DE
PROCEDÊNCIA. MANUTENÇÃO.*

Ação Civil Pública ajuizada sob a alegação de prática de ato de improbidade administrativa por parte da ré, consistente no pagamento de numerário, sem a contrapartida do serviço prestado, o que exige o ressarcimento aos cofres públicos.

Comprovação da prática dos atos ímprobos que afrontaram, especificamente, os princípios da legalidade, da moralidade administrativa e da impessoalidade visados na Constituição da República e na Lei nº 8.429/92.

Preliminares rejeitadas.

Recurso a que se nega provimento.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fl. 565/578).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 9º, 11, 12 e 23, I, todos da Lei nº 8.429/1992. Sustenta, em síntese, que: (I) a prescrição incidiu sobre o próprio fato ímprobo, de forma que, ultrapassados os cinco anos prescricionais, não cabe mais o ajuizamento de ação civil pública por improbidade administrativa, mas sim ação de ressarcimento pela via própria; (II) decretada a prescrição do ato ímprobo, não pode a Ação Civil Pública seguir somente com relação ao ressarcimento ao erário; (III) deve ser aplicada a regra do artigo 23, I, da LIA, também ao ressarcimento de dano ao erário, pois o dispositivo legal não discriminou qual sanção será passível da prescrição, de forma a tratar de todas, sem exceção; (IV) em momento nenhum fez-se a análise da vontade da agente, da consciência da ilicitude da sua conduta, do dolo específico de se enriquecer ilicitamente; (V) para que seja o agente público responsabilizado conforme disposto nos artigos 9º e 11 da Lei de Improbidade, é necessário que haja a averiguação da conduta dolosa e desonesta; (VI) apesar de estar lotada no CRIAM, trabalhava no gabinete de seu pai, pois não tinha consciência da ilicitude da conduta; (VII) não poderia ser condenada a devolução de valores no período de 01/10/1997 a 30/09/1999, por não haver comprovação de recebimento de salários do referido período, já que o órgão pagador informou que somente houve pagamento no período de 01/10/1999 a 30/04/2002.

O Ministério Público Federal, em parecer ofertado pela Subprocuradora-Geral da República Denise Vinci Tulio, opina pelo conhecimento do agravo, para conhecer parcialmente o recurso especial e, no que conhecido, seja negado provimento (fls. 704/708).

Prossigo para anotar que, por meio da decisão de fls. 710/712, determinei a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a

respectiva baixa, para que, após a publicação do acórdão a ser proferido pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 852.475/SP, fossem observadas as disposições do art. 1.040 do CPC/15.

Ultimado o julgamento do mencionado recurso extraordinário, o Tribunal de origem aplicou ao caso a tese fixada pela Suprema Corte ("São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.") e deixou de admitir o recurso especial (fls. 757/760).

Sobreveio, então, o presente agravo, manejado com o objetivo de "reformular a vergastada decisão denegatória, admitindo e determinando o regular processamento do Recurso Especial interposto, com exceção do fundamento de prescritibilidade do ressarcimento de danos ao erário em razão de ato de improbidade (violação ao artigo 23, inciso I, da Lei nº. 8.429/1992 c/c artigo 37, § 5º, da CRFB) por restar superada pelo Tema 897 do Supremo Tribunal Federal" (fl. 778)..

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Inicialmente, relembro que a leitura do art. 1.042, caput, do CPC/15 permite inferir que não cabe agravo contra decisão que não admite recurso especial com fundamento na aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral.

Portanto, deve ser mantida a decisão do Tribunal de origem no que respeita ao tema da prescrição do ressarcimento ao erário.

Feita essa observação, passo ao exame das demais questões veiculadas no recurso especial interposto às fls. 618/632.

Neste ponto, convém lembrar que, nos termos da jurisprudência desta Corte, "o elemento subjetivo, necessário à configuração de improbidade administrativa censurada nos termos do art. 11 da Lei 8.429/1992, é o dolo genérico de realizar conduta que atente contra os princípios da Administração Pública, não se exigindo a presença de dolo específico" (**REsp 951.389/SC**, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 4/5/2011). Em outras palavras, o dolo, nessas hipóteses, resta consubstanciado na vontade consciente de aderir à conduta, produzindo os resultados vedados pela norma jurídica, ou, ainda, na anuência aos resultados contrários ao Direito quando o agente público ou privado deveria saber que a conduta praticada a eles levaria, sendo despidendo perquirir acerca de finalidades específicas.

Pois bem, ao manter a condenação da ora agravante, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim se pronunciou (fls. 545/547):

[...]

De se ver, portanto, que, segundo a narrativa firmada pelo acórdão recorrido, restaram devidamente comprovados todos os elementos exigidos para a configuração do ato ímprobo, inclusive no que respeita ao seu elemento anímico (dolo). Logo,

para se dissentir dessa conclusão, como almejado pela agravante, indispensável seria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada em especial apelo, como decorre da Súmula 7/STJ.

ANTE O EXPOSTO, conheço do agravo para *negar provimento* ao recurso especial.

Sustenta a parte embargante que o julgado restou omissso quanto às seguintes questões: (a) diante do reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva acerca do ato tido por ímprobo, "*não mais caberia o ajuizamento da Ação Civil Pública por Improbidade Administrativa pelo Ministério Público, mas sim a Ação de Ressarcimento pela via própria e pelo ente prejudicado, na hipótese dos autos o Estado do Rio de Janeiro*" (fl.817); (b) "*não poderiam os MM. Julgadores a quo fixar a condenação com base na data da contratação (como feito), mas sim fixar a condenação de ressarcimento de valores efetivamente recebidos pela embargante, já que o artigo 12 da LIA exige que o ato praticado pelo agente tenha causado efetivo prejuízo*" (fl. 819).

Por fim, requer o acolhimento dos aclaratórios, nessa extensão, para que seja conhecido e provido o recurso especial.

Impugnação às fls. 838/847.

É O RELATÓRIO. PASSO À FUNDAMENTAÇÃO.

É assente, na jurisprudência do STJ, o entendimento de que a interposição de dois ou mais recursos pela mesma parte e contra a mesma decisão impede o conhecimento daqueles que foram apresentados após o primeiro apelo, haja vista a preclusão consumativa e o princípio da unirrecorribilidade.

In casu, contra a decisão de fls. 805/811, a parte embargante opôs os embargos declaratórios de fls. 817/821 e, posteriormente, os presentes aclaratórios (fls. 823/827).

ANTE O EXPOSTO, não conheço dos embargos declaratórios de fls. 823/827.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator